

Casa Portuguesa

Rui Jorge Garcia Ramos

Dicionário de História da I República e do Republicanismo

Fernanda Rollo (dir.), Maria Fernanda Rollo, Ernesto Castro Leal, Manuel Loff, Paulo Fontes, Vitor Neto, David Luna de Carvalho, Helder Fonseca (Coord.), edição da Assembleia da República [entregue 2011]

A questão da Casa Portuguesa, na passagem para o século XX, é reflexo do debate sobre a identidade política, cultural e artística como manifestações da procura de uma identidade original portuguesa. Com raízes no século XIX — mas, para alguns autores, com ressonâncias desde o século XII (França, 1967) —, esta inquirição cruza-se com o romantismo e o movimento garrettiano, manifestação provocadora que aponta a *nossa terra*, lugar revigorante e factor de autenticidade, como matriz insuperável da portugalidade. A proposta de regresso à *terra*, vista como inevitabilidade moderna, implica uma distinta interpretação da realidade envolvente que, sob diferentes manifestações, confronta um Portugal velho a um outro que se deseja novo. Este combate, gerador de acesos confrontos, é, antes de mais, uma afirmação antiacadémica que, ao denunciar incompatibilidades políticas, filosóficas e literárias, assinala outras formas de pensar e de fazer atentas ao *novo tempo* e à sua atoarda chegada da Europa.

Os feixes de modernidade, que percorrem o século XIX, inscrevem assim um renovado olhar sobre o território português, profundamente desconhecido, ao qual se regressa, quer pela *excursão científica*, quer através das artes e das letras como expressão deste novo sentir. A ênfase é dada ao povo, considerado a verdadeira nação, pelo que as suas formas de vida e de habitar passam a ser escutadas por amadores e estudiosos, determinando a construção de uma cultura popular como herança inquestionável.

Na polifonia do século XIX podem destacar-se momentos deste processo de rompimento e criação como, entre outros, a Questão Coimbrã, com a querela *Bom-Senso e Bom-Gosto* (1865) onde, programaticamente, se confrontam o "velho Portugal", ultra-romântico,

saudosista e ortodoxo (v. Feliciano de Castilho) ao realismo socialista, que se afirmava desperto para uma consciência social e aberto à mundividência, à contemporaneidade cosmopolita e estridente (v. Antero de Quental, Teófilo Braga); as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871), com a agenda de colocar Portugal a par da actualidade europeia ligando-o *com o movimento moderno*; ou ainda, a edição de *O Culto da Arte em Portugal* (1896), onde Ramalho Ortigão integra as artes populares numa ideia de património total. É ainda significativo salientar as pesquisas de Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) no campo da arte e das *indústrias populares*, observadas lado a lado, numa continuidade formal entre erudito e popular. Para Vasconcelos era fora do contexto da arte erudita que se podia registar a essência vernacular da nação, a única possibilidade de uma tradição artística e de desenvolvimento original da sociedade portuguesa.

A arte, a arquitectura e a cultura popular seriam, nas duas primeiras décadas do século XX e, posteriormente, em 1933 com o endurecimento da questão nacionalista, a arena onde seria travada a questão da portugalidade e da sua assunção. Embora todos estes debates e iniciativas só possam ser esclarecedores na globalidade da sua estrutura — isto é, ser observadas numa mesma série que historicamente questiona a identidade portuguesa — é na cultura popular e na idealização dos seus valores que encontram a sua legitimação.

É precisamente na sequência de uma viagem de reconhecimento do território ultramarino entre Angola e Moçambique que se produzirá, em 1890, o *ultimatum* inglês. Este terramoto político e simbólico, ao mergulhar o país numa crise de identidade aproveitada pelo movimento republicano, conduzirá a um fechamento culturalista crescente, com reforço da questão nacionalista em todos os sectores da sociedade. Rapidamente a questão da identidade portuguesa atinge o campo da arquitectura sintetizando, cenograficamente e sobretudo pelo exterior das edificações, o debate que inquietava os meios intelectuais desde o século XIX (França, 1970). A identidade é tema comum, largamente debatido nas publicações da época (v. *A Construção Moderna*, 1900-1919) onde, contra a vontade de alguns colonistas de fixar imediatamente modelos

arquitectónicos nacionais a seguir, se levantam vozes, mais avisadas mas sem força de concretização ou, quando se concretizam, sem amplitude de meios, propondo o estudo *methodico* dos tipos arquitectónicos portugueses para se substituir às *divulgações literárias*, às *syntheses audaciosas*, às *afirmações dogmáticas*. (v. Júlio Castilho, Sousa Viterbo, Adolfo Coelho, José Pessanha, Rocha Peixoto, Ricardo Severo)

O dilema então retratado deriva, também, de um combate disciplinar que, ao sobrepor-se perfeitamente à procura de uma identidade portuguesa em arquitectura, denuncia a arbitrariedade dos estilos e, nomeadamente, dos estrangeirismos por falta de adesão à realidade nacional. Neste contexto cultural de coexistência de diferentes modos de fazer punha-se em causa a adequação da arquitectura internacionalista beauxartiana de influência francesa (v. Ventura Terra); mas também se questionavam os revivalismos tardios de audaciosa mistura de estilos, inicialmente ligados à retórica nacional (v. neo-manuelino), para se contrapor um novo gosto enunciado numa atitude patriótica, assumindo a pobreza e o ruralismo como promessa de regeneração (v. neo-românico); ou então, criticava-se com ironia a nova expressão formal que, de forma generalizada, era adoptada pela habitação burguesa: o *chalet* (Silva, 1997). Pressupunha-se sempre a defesa de um estilo nacional para edificações *simples e baratas*, que era também, na circunstância do século XX português, uma das respostas possíveis face à crescente exigência económica, construtiva e espacial, prefigurando uma arquitectura pitoresca com telhados e beirais vagamente acentuados, vãos guarnecidos com molduras, portadas e alpendres. Estas edificações, casas, prédios ou equipamentos ficariam conhecidas pela designação genérica de Casa Portuguesa, marcando definitivamente a história da arquitectura portuguesa.

Contudo o debate das questões identitárias na abertura do século XX, registado igualmente em toda a Europa, incluía, de certa maneira, outro confronto onde se escrutinavam os caminhos da modernidade, condição determinante no rumo da arquitectura e da afirmação do Movimento Moderno. Nele se inscreve a controvérsia sobre o problema da habitação e da sua solução tipológica, em Portugal travada entre os arquitectos

Ventura Terra (1866-1919) e Raul Lino (1878-1974), que defendiam, respectivamente, o prédio plurifamiliar e a casa unifamiliar. A tensão entre uma acção progressista, suportada na crença da ciência e da técnica, como única resposta eficaz face às condições de vida na cidade contemporânea (em Terra), e uma reacção à perda da identidade cultural, como defesa da tradição construtiva e da proximidade do homem/natureza (em Lino) é registada nos seus projectos, artigos e entrevistas. Apesar deste confronto, Terra e Lino partilham uma disponibilidade moderna, ou seja a mesma necessidade de reflectir sobre o legado da história e sobre os novos modos de fazer arquitectura como resposta a uma sociedade em mudança.

A obra de juventude de Lino não vai ignorar todas estas circunstâncias, que serão terreno propício para defesa e afirmação do seu programa intelectual e arquitectónico, formado no romantismo alemão e pelo fascínio da arquitectura europeia dos movimentos reformistas *Arts and Crafts* e *Secessão Vienense*. A obra de Lino até a década de 1920, onde se destacam o projecto para Pavilhão de Portugal para a Exposição Universal de Paris de 1900 (concurso vencido por Terra, 1899), as casas Monsalvat (1901), St.^a Maria (1902), Cipreste (1907), Elisa Vaz (1912) e Marco (1920), representa a sua alternativa moderna, erudita e não paroquial, que continua a tradição da arquitectura portuguesa.

O refinamento da obra e do debate entre estes dois arquitectos maiores não vai superar a revindicação generalizada de um *estilo português*, que continuará a fazer-se sentir, para a afirmação de uma arquitectura nacional centrada na problemática da habitação e tematizada na Casa Portuguesa. Será mesmo Lino a contribuir para a predilecção deste *estilo*, com patente ingenuidade e afastando-se do seu programa, ao focar este tema, com intensão educadora, nos seus livros *A nossa casa: Apontamentos sobre o bom-gosto na construção das casas simples* (1918) e, posteriormente, *Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples* (1933). Se estes livros podem ser mais do que um conjunto de hipotéticas casas regionais portuguesas — verdadeiros manuais da arte de projectar, construir e habitar, próximos de outros publicados na Europa —, quase ninguém os quis, ou pôde,

entender, sendo a equívoca pedagogia de Lino aproveitada por todos. Convirá salientar que entre estes dois livros existe um outro, *A Casa Portuguesa* (1929), que, ao distinguir-se no conteúdo e apresentação desses manuais, apresenta uma reflexão invulgar sobre a arquitectura portuguesa, ao longo dos séculos, em que edificações monumentais e correntes, eruditas e populares são confrontadas numa leitura articulada e contínua da história. Contudo esta edição não terá relevo na época, permanecendo ignorada face ao gigantesco sucesso editorial dos livros inicialmente referidos, acompanhado da popularização dos modelos de casas aí estampadas. Por um lado, as imagens das suas casas regionais serão símbolo do pitoresco nacionalista, de família/propriedade/herança, com crescente presença em todos os sectores da sociedade; por outro, suportado na convicta crítica desencadeada por Lino à arquitectura Moderna, através dos seus artigos e das funções desempenhadas em organismos públicos, serão símbolo anti-moderno que servirá de pretexto, mais do que de razão, para a dificuldade de afirmação da arquitectura e culturas Modernas em Portugal.

A progressiva apropriação do termo Casa Portuguesa, desvirtuado o genuíno sentido identitário e arquitectónico e fixado, somente, o *slogan*, conduz também no final das primeiras décadas do século XX a um apaziguamento do debate sobre a identidade, restando o consenso da possibilidade de uma casa portuguesa no quadro de uma arquitectura regional. (Leal, 2000) Esta aceitação implícita, muito vincada pelo esmorecimento da crítica arquitectónica e da sua teorização, encontradas em redor da controvérsia travada no raiar do século (cf. Terra e Lino), permitirá às gerações seguintes aceitarem o moderno e o estilo português como alternativas possíveis. Será ainda importante notar como as premissas do programa de Lino, o homem e a sua ligação à *terra* — retoricamente transformados na questão da Casa Portuguesa —, serão retomadas, mais tarde, quando, em 1961, os arquitectos Modernos partem na sua viagem a Portugal. Parte-se, de novo, para identificar a genuína tradição popular, observada na adequação entre construir e habitar. Trata-se, mais uma vez, de encontrar na condição popular uma legitimação,

agora, moderna e de criticar a sua ortodoxia, que tinha sido também combatida por Lino. (Ramos, 2010)

A designação Casa Portuguesa, enquanto tipo arquitectónico, é impertinente, mostrando-se um aglomerado impreciso quanto ao tempo, contexto, discurso teórico e modo de fazer. A problemática da Casa Portuguesa é então um sintoma (França, 1970) cuja extensão, significado e influência devem ser inteirados nos âmbitos, entre outros, da política, antropologia, arte, música, literatura e arquitectura.

[RJGR]

Fontes e Bibliografia:

- FRANÇA, José-Augusto, "Raul Lino, Arquitecto da Geração de 90", in *Raul Lino: Exposição Retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 73-114.
- FRANÇA, José-Augusto, "A «Casa Portuguesa» e o «Neo-Românico», no princípio de novecentos", *Arquitectura*, nº 95, 1967, p.30-34.
- LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, D. Quixote, 2000.
- SILVA, Raquel Henriques da, "A «Casa Portuguesa» e os Novos Programas, 1900-1920", in A. Becker, A. Tostões, W. Wang (org.), *Arquitectura do século XX: Portugal*, Prestel, 1997, p.14-22.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia, *A casa: Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*, Porto, FAUP publicações, 2010.

Referência da imagem:

fig.1 Raul Lino, Alçado, Pavilhão de Portugal para a Exposição Universal de Paris em 1900, Concurso de Projectos 1988. Fonte Arquivo Família Raul Lino.